

**ATA DA 407 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CESAU  
23.02.2015**

1

1 No dia 23 de fevereiro de 2015 realizou-se a **407 Reunião Extraordinária do Conselho**  
2 **Estadual de Saúde–CESAU**, das 08h30 às 17h00, na Sala de Reunião do Conselho,  
3 situada na Avenida Almirante Barroso, Nº 600, Praia de Iracema – Fortaleza – CE, com a  
4 presença dos **Conselheiros: Ana Paula Girão Lessa (Representante da Secretaria de**  
5 **Saúde do Estado do Ceará–SESA); Maria Teresa Rodrigues Chaves Malveira, Efetivo,**  
6 **Eunice Gonçalves Loiola Lima, Suplente (Representantes do Ministério da Saúde–MS);**  
7 **Luís Carlos Schwinden(Representante do Conselho Estadual de Secretários**  
8 **Municipais de Saúde–COSEMS–CE ); Cristina Maria Aleme Romcy (Representante da**  
9 **Secretaria das Cidades do Estado do Ceará); Ana Lúcia da Costa Mello, Efetivo,**  
10 **Roberta de Paula Oliveira, Suplente (Representantes da Associação dos Prefeitos do**  
11 **Estado do Ceará–APRECE);Joel Isidoro Costa(Representante das Entidades Estaduais**  
12 **de Representação dos Médicos); Antônio Cleyton Martins Magalhães (Representante**  
13 **das Entidades Estaduais dos Odontólogos);Francisca Lúcia Nunes de Arruda**  
14 **(Representante das Entidades Estaduais dos Enfermeiros);João Marques de Farias**  
15 **(Representante das Entidades Estaduais de Outros Profissionais de Nível Superior);**  
16 **Francisco José Bezerra Lira (Representante do Sindicato de Técnicos de Segurança**  
17 **do Trabalho); Maria Edilza Andrade da Silva, Efetivo,Maria Socorro Marques Ferreira**  
18 **Oliveira, Suplente (Representantes dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do**  
19 **Ceará); José Afonso Barbosa da Costa (Representante das Centrais Sindicais–Central**  
20 **Única dos Trabalhadores–CUT e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do**  
21 **Brasil–CTB);Francisco de Assis Marques Pires(Representante da Federação de**  
22 **Entidades de Bairros e Favelas–FBFF e Central de Movimentos Populares–CMP);**  
23 **Marcos Coelho Parahyba(Representante da Ordem dos Advogados do Brasil–OAB–**  
24 **CEARÁ); Maria Socorro de Sousa (Representante da Pastoral da Criança); Francisco**  
25 **Erdivando de Oliveira, Efetivo, José Célio Peixoto Silveira, Suplente (Representantes das**  
26 **Entidades de Portadores de Patologia); Ana Lúcia Botelho Maciel (Representante das**  
27 **Entidades de Portadores de Deficiência); Maria Ozaneide de Paulo (Representante**  
28 **dos Órgãos de Defesa da Mulher); Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes**  
29 **(Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários na**  
30 **Área Metropolitana de Fortaleza:Caucaia e/ou Maracanaú);Francisco Marcondes**  
31 **Batista(Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de**  
32 **Usuários dos Municípios de Grande Porte da Região Sul do Estado do Ceará); Cleide**  
33 **Fernandes Monteiro(Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do**  
34 **Segmento de Usuários dos Municípios de Pequeno Porte do Estado do Ceará) e**  
35 **Maria Conceição Araújo Moreira,Efetivo,Jeovan Barbosa da Silva,Suplente**  
36 **(Representantes das Associações Benéficas de Idosos e Aposentados do Estado**  
37 **do Ceará). Participaram da Reunião, os Assessores Técnicos do CESAU: Asevedo**  
38 **Quirino de Sousa, Carlos Alberto Nascimento Nogueira, Expedito Maurício da Silva, Joana**  
39 **D'arc Taveira dos Santos, Maria Áurea Martins de Sousa Silva, Maria do Socorro Cardosos**  
40 **Nogueira Moreira, Maria Goretti Sousa Pinheiro (**Secretária Executiva**), Maria Valbenia de**  
41 **Almeida, Thays Mariana de Oliveira Lavor e Vladson Hannover Rodrigues Pereira. Apoio:**  
42 **Álvaro Mariani Neto, Manoel Geraldo Neto, Manoel Rodrigues e Silva Costa, Ozenir**  
43 **Honório da Silva e Vítor Jorge Cavalcante Freitas. PARTICIPANTES: Amanda Emanuela,**  
44 **Paulo Marcelo Laranjeiras Barrocas, Henrique Jorge Silva de Sousa, João Luiz de Gurgel**  
45 **Caracas e Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira. Foram justificadas as ausências dos**  
46 **Representantes das seguintes Entidades: Ministério da Educação e Cultura – (MEC)**  
47 **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO),Membro SUPLENTE representante das Entidades Estaduais**  
48 **dos Odontólogos, Membro Suplente dos Representantes da Entidades Estaduais dos**  
49 **Enfermeiros, Representantes da Entidades Estaduais de Outros Profissionais de Nível**  
50 **Superior–Érika Marques Nobre–TITULAR e Danielle Levi Albuquerque de Almeida–**  
51 **SUPLENTE; Representantes das Entidades Estaduais de Outros Profissionais de Saúde**

52 de Nível Médio, Membro TITULAR Representante da Federação de Entidades de Bairros  
53 e Favelas–FBFF e Central de Movimentos Populares–CMP; Representantes de  
54 Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários do Município de Grande  
55 Porte–Fortaleza e Membro SUPLENTE representante de Conselheiros Municipais de  
56 Saúde do Segmento de Usuários na Área Metropolitana de Fortaleza: Caucaia e/ou  
57 Maracanaú. **Não foram justificadas as ausências das Representações:** Representante  
58 da Secretaria de Educação do Estado do Ceará–SEDUC/CE, Representantes da  
59 Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas do Ceará–FEMICE;  
60 Representantes das Instituições Privadas de Saúde do Estado do Ceará–AHECE,  
61 SINDESECE, Representantes de Profissionais de Nível Médio do Estado do Ceará  
62 (FETRANCE/SINPAOCE), Representantes da Rede de Catadores e Federação das  
63 Organizações Comunitárias e Pequenos Produtores do Ceará–FECOMP, Representantes  
64 das Comunidades Indígenas do Estado do Ceará, Representantes da Federação dos  
65 Trabalhadores na Indústria do Ceará–FTIEC, Representantes da Federação dos  
66 Trabalhadores, Empregados e Empregadas do Comércio e Serviços do Estado do Ceará–  
67 FETRACE, Representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Ceará–  
68 FETRAECE, Representantes de Conselheiros Municipais de Saúde, do Segmento de  
69 Usuários dos Municípios da Região Norte do Estado do Ceará e Representante do  
70 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente–CEDCA/CE. **A Pauta**  
71 **constou dos seguintes itens:** 08h30 – Acolhimento; 09h00 - Prestação de Contas do ISGH; 11h00 –  
72 Prestação de Contas da Rede Secundária e Terciária sob a Gestão do ISGH; 12h00 – Almoço; 13h30 –  
73 Consórcios Públicos; 15h00 – Pareceres Técnicos/Recomendações; 15h30 – Aprovação das ATAS 403 e  
74 404; 16h00 – Informes da Mesa Diretora, Câmaras Técnicas, Comissões e Secretaria Executiva; 17h00 –  
75 Encerramento. A abertura da reunião foi feita pelo **Conselheiro e Presidente do CESAU,**  
76 **João Marques de Farias** . A seguir, a **Conselheira Maria Socorro de Sousa** convidou a  
77 todos para a Oração do Pai – Nosso, precedida do Lema da Campanha da Fraternidade. O  
78 **Conselheiro e Presidente do CESAU, João Marques de Farias** informou que o  
79 Secretário Adjunto da SESA é o Dr. Henrique Jorge Javi de Sousa. Falou ainda que nas  
80 primeiras Terças Feiras de cada mês acontecerá reunião com os Coordenadores das  
81 Câmaras Técnicas. Fez a leitura da Pauta e lembrou que as discussões sobre a  
82 Conferência de Saúde estarão acontecendo nas Reuniões Ordinárias. Informou que nos  
83 dias 13 e 14 de março teremos a **Plenária Popular da Região Nordeste, na ESP – CE.**  
84 Informou também que foram enviados ofícios aos Presidentes de todas as Entidades sobre  
85 representatividade de conselheiros, como também, para o Setor Jurídico da SESA.  
86 Facultada a palavra para o **Dr. Henrique Jorge Javi de Sousa** que saudou a todos e  
87 contextualizou o que se irá fazer na Secretaria para melhorar a saúde no Estado do Ceará.  
88 Falou que o Ceará é uma grande rede de saúde de reconhecida qualidade e o Ceará  
89 despontando como exemplo para todos. Justificou a ausência do Dr. Flávio do ISGH pois  
90 no momento o Hospital Waldemar Alcântara está passando por uma auditoria onde se  
91 cogita a possibilidade de passar para outro nível. Falou ainda das organizações sociais  
92 que são os entes mais acompanhados e fiscalizados em nível nacional. Existe uma  
93 comissão delegada pelo Secretário de Saúde para acompanhar as atividades. Falou ainda  
94 que no nível federal e municipal, desde 1998, qualquer um dos entes pode qualificar ,  
95 desde que atenda os pré requisitos da lei. Falou da formação do Conselho de  
96 Administração e do Conselho de Administração Fiscal, conselhos estes, escolhidos por  
97 entes públicos. Destacou a insuficiência de recursos humanos, o que leva a suprir essa  
98 necessidade. O ISGH, ao longo dos anos, no 13º ano de atividades, às orientações são  
99 seguidas e obedecidas. O acompanhamento de metas é feito pela SESA. Dentro desse  
100 contexto, sugere convocar o Conselho Fiscal e a Comissão de Administração, para  
101 apresentar todo o processo de despesas. Falou de algumas atividades que eram do HGF –  
102 Hospital Geral de Fortaleza, redirecionadas para o interior. Esse foi o preâmbulo para, a  
103 partir daí, se iniciar o debate. **Conselheiro e Presidente do CESAU, João Marques de**

104 **Farias** fez um relato sobre a criação do ISGH, onde se chegou à Terceirização como um  
105 recurso eleitoral no país. Devemos discutir se essa é a melhor estrutura para a saúde,  
106 avaliando o retorno para a sociedade civil, se irá ter a readequação desse modelo é porque  
107 não querem concurso público. A **Conselheira Maria Edilza Andrade da Silva** questiona a  
108 Pauta em questão, que não se encontra de acordo como que o Pleno encaminhou. Isto  
109 que está aqui sendo exposto não é prestação de contas. Sente a necessidade de um  
110 documento com dados sobre prestação de contas. O **Conselheiro e Presidente do**  
111 **CESAU, João Marques de Farias** fez a leitura de um ofício sobre a Prestação de Contas  
112 do ISGH, encaminhado para o Dr. Henrique Jorge Javi de Sousa e que até aqui não  
113 recebemos material do ISGH. O **Conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães**  
114 compreende a inquietação da conselheira Maria Edilza Andrade da Silva, no entanto, esse  
115 momento é muito válido. Tem dados concretos com números. Essa discussão aqui é de  
116 mérito. Falou de um filósofo húngaro e fez um paralelo ao cenário de gestão do ISGH  
117 como o Governo do Estado. Qual o impacto disso na melhoria da saúde. Estamos em um  
118 desmonte da coisa pública, em uma política privatista. Os Fundos Estaduais da Saúde  
119 servem para transferir recursos para a iniciativa privada. Qual o impacto disso? A eleição  
120 hoje é um consórcio. Quer questionar que o Ceará utiliza essas estruturas privadas que  
121 geram a precarização do trabalho. Os conselheiros devem se ater a isso. É importante que  
122 os conselheiros aprove um pedido de auditoria ao TCU e o TCE para fazer o  
123 acompanhamento desses recursos. O **Conselheiro e Presidente do CESAU, João**  
124 **Marques de Farias** falou da intenção da UNIFOR no Curso de Medicina fazer com que o  
125 HGF fosse um Hospital Escola. A **Secretária Executiva do CESAU, Maria Goretti Sousa**  
126 **Pinheiro** lembrou que já foi encaminhado e aprovado por esse Pleno, um ofício ao TCE,  
127 solicitando auditoria. O **Conselheiro José Afonso Barbosa da Costa** falou da sua  
128 preocupação tanto quanto a conselheira Maria Edilza Andrade da Silva. Ressaltou a  
129 Campanha da Fraternidade, onde se vai de encontro às questões políticas e sociais. A  
130 **Conselheira Maria Ozaneide de Paulo** falou que deve se trazer à tona, o papel do  
131 conselheiro. Aqui se sente a força e o peso do Conselho Estadual de Saúde. O Estado é  
132 responsável pelas políticas públicas de saúde. Sente-se preocupada quando se mistura  
133 política partidária com política social. Concorda com o conselheiro Antônio Cleyton Martins  
134 Magalhães em alguns aspectos quando esse afirma que não temos pernas para  
135 acompanhar. Pontuou algumas coisas, como o estrangulamento total da saúde, a falta de  
136 servidores de carreira, entre outros. Na atual conjuntura, precisamos que o Instituto  
137 funcione. Fiscalizar os recursos da saúde é necessário. O **Conselheiro Marcos Coelho**  
138 **Parahyba** concorda com tudo que foi dito nesta reunião. Concorda com os argumentos do  
139 conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães e da conselheira Maria Edilza Andrade da  
140 Silva, sente-se desprestigiado quando se pede prestação de contas e isso não acontece.  
141 Necessitam dos tribunais de contas para maiores detalhamentos. Falou ainda que quando  
142 foi criada a O.S do Hospital Waldemar Alcântara, o Ministério impetrou uma ação e o  
143 Tribunal a derrubou. Os trabalhadores são os sofrendores dessas ações. O dinheiro público  
144 compra o equipamento e a gestão privada. Temos que questionar. No Hospital de Sobral, a  
145 precarização é tão grande que o anestesista precisa ir de avião. O **Conselheiro Joel**  
146 **Isidoro Costa**, na sua visão, difere do que se fala aqui. O Dr. Henrique Jorge Javi de  
147 Sousa não trouxe nada para mostrar, acha que se deveria marcar um outro momento para  
148 se discutir ISGH. O ISGH não tem bens, tudo é do Estado, isto está no Contrato de Gestão  
149 pelo percentual estabelecido e o ISGH sempre cumpre as metas. Aqui há um grande  
150 desconhecimento sobre o assunto e deve-se marcar um outro momento. Em 2006 houve  
151 uma crise de UTI PEDIÁTRICA. Com o ISGH se montou uma UTI em 15(quinze) dias. É  
152 muito dinheiro, mas, bem utilizado. Um erro, é a entrada do ISGH nos municípios. O  
153 funcionário do ISGH é celetista com todos os direitos. Falou da questão dos acionistas. No  
154 ISGH não se atende particular e nem plano de saúde. A auditoria, no entanto, se deve

155 pedir. O doente, ao sair, recebe um documento com todos os gastos. O ISGH é mais  
156 benéfico do que maléfico dentro do sistema. A **Conselheira Maria Tereza Rodrigues**  
157 **Chaves Malveira** sente-se contemplada com alguns esclarecimentos. Não tem  
158 ferramentas para avaliar se o conselho funciona bem ou mal, tem que se basear em  
159 ferramentas. Sua indignação é quando se fala que o Governo está bancando a máquina  
160 com recursos do Estado. A saúde sempre financiou a iniciativa privada sem fins lucrativos.  
161 Se surpreende com a fala de alguns conselheiros. O **Dr. Henrique Jorge Javí de Sousa**  
162 se pronunciou falando que o tempo não lhe proporcionou se preparar para esse momento.  
163 Aprendeu a defender o Sistema Único de Saúde dentro do ISGH. Entrou no ISGH por  
164 Processo Seletivo e ao longo dos anos foi se envolvendo com as propostas voltadas para  
165 o cidadão. Estamos vivendo hoje um momento de descrença, no entanto, qualquer  
166 processo de corrupção não pode qualificar a todos. O ISGH é uma aberração do processo  
167 legal. O Terceiro Setor não deve se confundir com a terceirização. Deve-se entender que o  
168 CESAU, como Órgão Fiscalizador é até desprestigiado de certa forma. Deve-se qualificar  
169 cada vez mais o conselho. O Hospital Regional Norte custou para o Estado R\$  
170 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais). Tem 440(quatrocentos e quarenta) leitos  
171 e realiza as mais delicadas cirurgias hoje. São 60.000.00 mil metros quadrados de área  
172 construída. Acrescentou que um hospital da administração direta custou ao Estado, mais  
173 ou menos, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). O volume de recursos do SUS, em 2014,  
174 no Ceará, foi de R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais). O processo de saúde  
175 demanda muitos recursos. Pode-se propor, se discutir como rotina cursos formadores para  
176 conselheiros para que possam se instrumentalizar. Em relação à precarização, as leis  
177 foram feitas e aí estão. Temos que buscar melhorias. Temos uma consolidação de leis  
178 trabalhistas que foram motivadoras de muitas melhorias com um todo. Se intimida quando  
179 90%(noventa por cento) do contingente são vinculados para a terceirização, o que gera um  
180 desconforto. Uma das motivações desse governo é tentar melhorar isso. Não concorda  
181 com a correria do trabalho em vários turnos. Nesse governo deve-se estudar as carreiras  
182 de estado. Citou como exemplo o Hospital Sara Kubischek em que as pessoas que lá  
183 trabalham são exclusivas e com salários decentes. No Ceará são 17(dezessete) Cirurgiões  
184 Pediatras para todo o estado. Hoje é desestimulante se fazer essa especialidade. Faz  
185 parte desse contexto, pois no final todos são iguais. Temos que observar todos os desafios  
186 da saúde. A saúde no Brasil é SUS – dependente, 70%(setenta por cento) dos hospitais  
187 privados, 30%(trinta por cento) públicos, 14%(quatorze por cento) municipais e 7%(sete  
188 por cento) estaduais. Temos mais hospitais privados e menos população com acesso aos  
189 hospitais privados. Quer outra oportunidade aqui no Pleno. Falou ainda da Assembleia de  
190 Sócios do ISGH, Voluntários e Associações Cívicas sem fins lucrativos. Pode-se associar  
191 para fins de controle. Os Conselhos e a Assembleia de Sócios não são remunerados. A  
192 Diretoria, sim. O **Conselheiro Luís Carlos Schwinden** informou que não está mais  
193 Secretário do Município de Icó e haverá novas representações do COSEMS. Quer  
194 contribuir, rever conceitos e a evolução passa por conhecimentos. Falou ainda que os 10%  
195 (dez por cento) do PIB – Saúde + 10 é a maior discussão dentro do SUS. Temos que  
196 estabelecer o que é público e o que é privado. Defende os Secretários Municipais taxados  
197 como ladrão por natureza quando assumem uma secretaria. Tem pessoas e tem  
198 instituições. Os conceitos não são pré-fixados. A **Conselheira Ana Paula Girão Lessa**  
199 acha importante estabelecer o que é público e privado. Se preocupa, pois tem mecanismos  
200 frágeis de controle dentro do conselho, principalmente. Citou como exemplo o Hospital  
201 Sara Kubischek o qual, não temos acesso. Temos fragilidade no controle de qualidade. Na  
202 ouvidoria encaminhamos o relatório anual geral para o CESAU. Está à disposição para  
203 apresentá-lo aqui. O **Conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães** falou que  
204 estamos fazendo uma discussão política e ideológica. Solicita a manifestação dos  
205 conselheiros usuários. Não estamos questionando Câmaras Técnicas. Quer colocar a

206 necessidade de uma Comissão de Controle e Avaliação. Pergunta ao Dr. Henrique Jorge  
207 Javí de Sousa qual a posição política do governo, pois, o Dr. Acilon Gonçalves Pinto Júnior  
208 falou que a idéia seria um grande concurso público. Quer saber a ordem dos valores e se  
209 há alguns conflitos de interesses. Qual a posição do governador, se vai construir o  
210 concurso público. A nossa fragilidade não é a toa. Coloca para os conselheiros usuários,  
211 tecerem suas considerações para o modelo privatista. A **Conselheira e Vice Presidente**  
212 **do CESAU, Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes** falou está atenta para as  
213 discussões acerca do assunto e sonha com a saúde de qualidade e mais hospitais  
214 pediátricos. Solicitou ao Dr. Henrique Jorge Javí de Sousa a sensibilização para essa  
215 causa. Falou de um documento elaborado na sua região para o Governador sobre esse  
216 assunto. O **Conselheiro e Presidente do CESAU, João Marques de Farias** concorda  
217 com o conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães e que o debate seja ideológico. Os  
218 funcionários públicos são poucos. A academia é responsável pelo déficit de profissionais e  
219 por essa reforma que gerou essas insatisfações. Ressaltou o conselho como estrutura do  
220 Estado. Finalizou agradecendo a presença do Dr. Henrique Jorge Javí de Sousa. O **Dr.**  
221 **Henrique Jorge Javí de Sousa** se colocou informando que em 2014 foi realizada uma  
222 grande auditoria pelo TCE no ISGH, por conta de uma denúncia. Foi muito proveitosa e  
223 enriquecedora, com 12(doze) recomendações. Existem cópias que podem ser  
224 disponibilizadas. Falou que seus pais são SUS dependentes. Se incomoda, como cidadão,  
225 quando estes não são bem atendidos. Em relação ao Concurso Público, a necessidade é  
226 imperativa, no entanto, não pode falar pelo Governador. Falou de um processo existente  
227 na Secretaria de Saúde, tramitando para Concurso Público, o que é Política de Estado, no  
228 Ceará. Os modelos de gestão não vão cessar, mas, as situações e decisões é que sofrem  
229 modificações e flexibilizações. Lidamos na saúde, com os limites conflitantes do ser  
230 humano. Tem as portas abertas para os conselheiros. Informou ainda que virá uma  
231 proposição para o Presidente do CESAU, para o Estado financiar cursos para a melhoria  
232 da saúde no Estado, finalizou. **A seguir, foi colocado em VOTAÇÃO, o ofício nº 489,**  
233 **referente à Solicitação de Prestação de Contas do ISGH e seus contratos de**  
234 **prestação de serviços – APROVADO com 19(dezenove) votos, nenhum contrário e**  
235 **nenhuma abstenção.** Como ENCAMINHAMENTO: solicitação do Contrato de Gestão do  
236 ISGH, o impacto epidemiológico, na questão da saúde. **Concluídos os Trabalhos no**  
237 **período da manhã.** Após o almoço, os trabalhos do período da tarde tiveram a condução  
238 da **Conselheira e Vice Presidente do CESAU, Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa**  
239 **Gomes**, prosseguindo com o **Ponto de Pauta – CONSÓRCIOS PÚBLICOS** - convocou 3  
240 (três) Conselheiros para comporem a Mesa, por conta da ausência do Presidente João  
241 Marques de Farias e outros membros da Mesa Diretora. Foram escolhidos os conselheiros  
242 **José Célio Peixoto Silva, Cleide Fernandes Monteiro e José Afonso Barbosa da**  
243 **Costa. A Dra. Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira, Assessora Jurídica da SESA,**  
244 cumprimentou a todos e convidou o Dr. João Luís Caracas para dirimir sobre aspectos  
245 técnicos e ela conduzirá sua exposição, no aspecto jurídico. Iniciou, mostrando as Leis  
246 onde já se previam os consórcios 11107/2015. É uma Lei Federal que regulamenta os  
247 consórcios. Esse novo modelo de gestão foi estudado por um grupo. As policlínicas e os  
248 CEOS são modelos de gestão consorcial. A Lei dos Consórcios pode ter 2 (duas)  
249 personalidades jurídicas: Público e Direito Privado. No Ceará, é de personalidade pública,  
250 portanto, de natureza autárquica como a ESP. Destacou que os consórcios têm mais de  
251 um ente. Citou como exemplo, Sobral, que tem 24(vinte e quatro) entes. Os princípios  
252 devem ser cumpridos. Mostrou a definição. O tipo de cooperação ou é horizontal ou  
253 vertical. A cooperação no Ceará é vertical. O grupo ao estudar esse modelo de gestão,  
254 levou em consideração cada princípio. Os consórcios garantem o acesso universal entre  
255 outros e as garantias. Atualmente, existem 21(vinte e um) consórcios. Falou do protocolo  
256 de intenções como parte de uma das etapas estudadas. Os prefeitos assumem os

257 protocolos de intenção. Todos os consórcios têm leis. Depois de retificados, se assina o  
258 contrato de programas que é também o contrato de metas. O consórcio tem também o  
259 contrato de rateio que é assinado e é constituído quando é ratificado o contrato de rateio e  
260 o contrato de programas. Mostrou ainda a estrutura e falou que a Assembleia Geral é  
261 formada pelos Prefeitos Presidentes. A Diretoria Executiva apoia a gestão entre outros. Os  
262 Coordenadores de CRES podem solicitar a prestação de contas. A despesa é ordenada  
263 pelo Presidente do Consórcio. O **Conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães**  
264 perguntou como se dá o Controle Social nos consórcios conforme a apresentação na  
265 estrutura organizacional. Falou ainda que os consórcios são mais um exercício do governo  
266 para esse cenário de carência ao qual estamos vivendo. No entanto, do Estado sai 40%  
267 (quarenta por cento). A União transfere a responsabilidade dos serviços. A Sociedade tem  
268 pouco espaço de participação. Deve-se pensar na participação dos conselhos municipais.  
269 Nunca viu uma prestação de contas desses consórcios. Gostaria de ver uma acreditação.  
270 Alerta os conselheiros para se dá mais atenção a esse assunto. A **Conselheira Maria**  
271 **Socorro Marques Ferreira Oliveira** falou não saber o que é consórcio, apesar de ser  
272 Agente de Saúde, quanto mais, a população. Quer entender melhor como é feita essa  
273 eleição de Presidente de Consórcios e do Coordenador. Tem municípios que usam o  
274 consórcio para fazer política. Os municípios não chamam os conselhos para participar e  
275 tomar conhecimento dos consórcios. O **Conselheiro José Afonso Barbosa da Costa**  
276 solicitou explicações sobre cessão de trabalhadores e sobre a perseguição à algumas  
277 categorias profissionais. **A Conselheira Maria Edilza Andrade da Silva** falou das suas  
278 dúvidas sobre o funcionamento das policlínicas, a saúde não avançou. Em relação ao  
279 Programa dos Agentes Comunitários de Saúde, a Lei não é cumprida. Acrescentou que no  
280 seu município, a Policlínica foi devolvida para o Estado, pois, o município não tem  
281 condições de mantê-la. Precisamos marcar um momento com os Diretores das Policlínicas.  
282 Os Conselhos Municipais não têm conhecimento dos consórcios. A **Conselheira Ana**  
283 **Paula Girão Lessa** falou em se pensar com mais carinho no acompanhamento dos  
284 processos de regionalização. Deve-se fazer debates com mais afinco nos fóruns.  
285 Concorda em chamar os consórcios para se ver os resultados. **O Conselheiro Luís**  
286 **Carlos Schwinden** sentiu-se muito à vontade para falar de consórcios. Fez seleção e  
287 acompanhou esse processo. Não para taxar uma instituição quando alguns não cumprem  
288 as regras como devem. O Consórcio é público. Criamos no consórcio a Atenção  
289 Secundária, o que não existia no Ceará. Hoje, não temos um modelo de gestão correta  
290 dentro do SUS, o consórcio, no entanto, é mais correto que as OS'S. Estes prestam conta  
291 nas regionais de saúde. É obrigação deste conselho, cobrar e saber como está sendo  
292 utilizado o recurso repassado pelo Estado. O modelo dos consórcios é a grande saída,  
293 mas, necessita de ajustes. O **Conselheiro Marcos Coelho Parahyba** perguntou se esses  
294 consórcios são formados só por prefeitos e se não tem a prestação de contas aberta como  
295 o Portal da Transparência. O **Conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães** falou que  
296 quando há alguma fragilização financeira ou outros no ato de uma rescisão, os entes que  
297 constituem o consórcio respondem proporcionalmente. Se a idéia é fazer o Consórcio  
298 Público, quem cria esse cargo. Acrescentou ainda que a NOB/SUS não tem sido acatada.  
299 Quer colocar que o desenho dos consórcios não seguem o princípio da NOB/SUS.  
300 Precisamos sair com uma Resolução partindo para o debate. As ações dos serviços de  
301 saúde são feitas por homens e mulheres. Esse processo de trabalho não garante  
302 segurança para o trabalhador. **A Conselheira Maria Edilza Andrade da Silva** falou que a  
303 Câmara Técnica **CANOAS** irá fazer um estudo, pois, tem Policlínica que já existe há  
304 4(quatro) anos e se fala que o concurso público deve acontecer. Sabe-se que o Governo  
305 enviou para a Assembleia uma minuta sobre o Piso Salarial dos Agentes Comunitários de  
306 Saúde. Quer saber da veracidade dessa informação. O **Conselheiro José Afonso**  
307 **Barbosa da Costa** solicitou explicações sobre a cessão de trabalhadores e sobre a

308 perseguição a algumas categorias profissionais. A Dra. Maria de Fátima Nepomuceno  
309 Nogueira, Assessora Jurídica da SESA, respondendo às dúvidas e indagações dos  
310 conselheiros, falou que existem os controles internos, fiscal e controle por cada ente  
311 consorciado. Destacou que o controle externo são órgãos de controles competentes e  
312 conselhos de saúde. Sugeriu em outra pauta, convidar os Coordenadores de CRES para  
313 rediscutir o assunto. Mostrou os objetivos e ações dos consórcios e o regime jurídico dos  
314 profissionais contratados que é o celetista, definido pela Lei. O contrato é feito por cada  
315 exercício. Os equipamentos possuem uma planilha específica dos gastos. Detalhou o  
316 contrato do programa. Falou ainda que a ESP promoveu uma seleção pública para Diretor  
317 do CEO e Policlínica com pré – requisitos e cumprindo todas as etapas do Edital. Dos  
318 21(vinte e um) consórcios, apenas 1(um) a direção saiu. Falou também de um livro sobre  
319 consórcio, o qual faz parte. Cada consórcio é independente e tem seu próprio estatuto. A  
320 representação de votos e o peso se dá conforme a população. A prestação de contas é  
321 feita com o TCM. Na micro enviam o relatório da prestação de contas. Se algum ente  
322 quiser se retirar do consórcio, pode. Ainda não aconteceu cessão, portanto, quando  
323 houver, pode ser a nível federal, estadual ou municipal. Até hoje, não há nenhum cedido  
324 nas três esferas. Em relação à perseguições, tem um processo administrativo obedecendo  
325 as normas. Não se pode demitir por perseguição. Lembrou que já foi colocado se fazer, em  
326 outro momento, uma apresentação de como estão os CEO'S do Estado. Informou ainda  
327 que haverá concurso para consórcios. Explicou a estrutura e a vinculação dos consórcios.  
328 Nenhum consórcio é subordinado ao município ou ao estado. Em relação aos Agentes  
329 Comunitários de Saúde, o Secretário da Saúde, Dr. Antônio Carlile Holanda Lavor informou  
330 que o Governador enviou para a Assembleia o Piso Salarial dessa categoria. O Dr. João  
331 Luís Caracas acrescentou que os recursos são acompanhados pelo Ministério da Saúde,  
332 os quais, se não cumprirem as metas, são retirados. **Após as explicações da Dra. Maria**  
333 **de Fátima Nepomuceno Nogueira, o Conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães**  
334 fez um encaminhamento para que o CESAU oficialize a solicitação de relatórios dos  
335 21(vinte e um) consórcios e se fazer reunião conjunta das Câmaras Técnicas com esses  
336 dados em mãos. A Conselheira e Vice Presidente do CESAU, Marlúcia Ramos de  
337 Fátima de Sousa Gomes, agradeceu a presença da Dra. Maria de Fátima Nepomuceno  
338 Nogueira e do Dr. João Luís Caracas. **A Pauta seguinte se deu com a Leitura dos**  
339 **PARECERES TÉCNICOS/RECOMENDAÇÕES – A Conselheira Maria Edilza Andrade**  
340 **da Silva** relatou a reunião da Câmara Técnica CANOAS com o Diretor do Hospital de  
341 Messejana. A seguir, **colocado para VOTAÇÃO o Parecer Técnico/Recomendação nº**  
342 **03/2015** que trata da situação da Pediatria do Hospital Albert Sabin – **APROVADO com**  
343 **13(treze) votos, nenhum contra e nenhuma abstenção.** Para **VOTAÇÃO o Parecer**  
344 **Técnico/Recomendação nº 04/2015** sobre o Hospital de Messejana – **APROVADO com**  
345 **14(quatorze) votos, nenhum contra e nenhuma abstenção.** Tivemos ainda para  
346 **APROVAÇÃO, as ATAS nºs 403 e 404 – APROVADAS com 13(treze) votos, nenhum**  
347 **contra e nenhuma abstenção.** A seguir, passamos para os INFORMES – O Conselheiro  
348 José Célio Peixoto Silveira falou do VIII Congresso CONSAD em 26, 27 e 28 de maio de  
349 2015, em Brasília. Estão disponíveis 8(oito) vagas, sendo 6(seis) para conselheiros e  
350 2(duas) para técnicos. **No momento, foi feita a VOTAÇÃO DOS CONSELHEIROS, para**  
351 **o evento citado – GESTOR: Luís Carlos Shcwinden; PROFISSIONAL DE SAÚDE:**  
352 **Francisca Lúcia Nunes de Arruda e Joel Isidoro Costa; USUÁRIOS: Ana Lúcia**  
353 **Botelho Maciel, José Afonso Barbosa da Costa e Marlúcia Ramos de Fátima de**  
354 **Sousa Gomes.** A Conselheira Cleide Fernandes Monteiro falou da problemática no  
355 Centro de Diabetes e Hipertensão. Falta de profissionais e medicamentos. Solicita uma  
356 apreciação da Câmara Técnica CANOAS. A Conselheira Maria Edilza Andrade da Silva  
357 informou que no dia 31 de março de 2015 haverá o debate sobre pediatria. A Conselheira  
358 Maria Conceição Araújo Moreira informou reunião da Câmara Técnica Saúde do

359 Trabalhador na quarta feira. O **Conselheiro Francisco Marcondes Batista** encaminha o  
360 Ofício nº 0102/2015, solicitando cópias de ressonâncias realizadas no ano de 2014 até  
361 fevereiro de 2015, como também, no Hospital Regional de Juazeiro do Norte, laudos e  
362 endereços de todos os que foram atendidos e relação dos que estão na fila de espera.  
363 Encaminhar à Comissão de Orçamento do Conselho do Crato. Enviar essa solicitação para  
364 Milena Muniz. A **Conselheira Maria Conceição Araújo Moreira** apresentou um relatório  
365 de uma viagem para Tabuleiro do Norte. A **Secretária Executiva do CESAu, Maria**  
366 **Goretti Sousa Pinheiro** referindo-se ao conselheiro Francisco Marcondes Batista, cuja  
367 solicitação deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde do Município de  
368 Crato. Falou ainda sobre a Plenária Nordeste, dias 13 e 14 de março de 2015, na ESP-CE,  
369 disponível para todos os conselheiros. Falou da Plenária em Brasília, onde irá o  
370 conselheiro Antônio Cleyton Martins Magalhães. Falou para a conselheira e Vice  
371 Presidente do CESAU, Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes que até o momento,  
372 desconhece algum documento que respalde a Vice-coordenação de Plenária nas reuniões  
373 em Brasília. Informou que estará indo para o Encontro de Secretários(as) Executivos(as). A  
374 SESA não está deliberando nenhuma viagem, somente após nomeações, finalizou. A  
375 **Conselheira e Vice Presidente do CESAU, Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa**  
376 **Gomes**, falou para o Presidente do CESAU, conselheiro João Marques de Farias, acatar  
377 uma resolução sobre as reuniões de Plenária, em Brasília, com a participação da Vice –  
378 Coordenadora. Nada mais havendo a tratar, a **Conselheira e Vice Presidente do CESAU,**  
379 **Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes** deu por encerrada a reunião, **a qual NÃO**  
380 **FOI GRAVADA, que após submetida à Secretária Executiva para leitura, análises,**  
381 **correções e à Plenária, para aprovação, ficará disponível nos arquivos do Conselho**  
382 **Estadual de Saúde do Ceará – CESAU, para fins de provas, pesquisas e como**  
383 **documento. Fortaleza, 23 de fevereiro de 2015.**

384 Maria Goretti Sousa Pinheiro (**Secretária Executiva**) \_\_\_\_\_  
385 Joana D'arc Taveira dos Santos (Assessora Técnica) \_\_\_\_\_  
386 Asevedo Quirino de Sousa (Assessor Técnico) \_\_\_\_\_  
387 Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira (Assessora Técnica) \_\_\_\_\_  
388 Amanda Emanuela Salviano (estagiária) \_\_\_\_\_  
389 Rubens Ribeiro dos Santos (Apoio e Digitador). \_\_\_\_\_